

Representantes da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) protestaram nesta segunda-feira (17), em audiência na Comissão de Direitos Humanos, contra o aumento "abusivo" das contribuições cobradas pela Geap Autogestão em Saúde, a operadora de plano de saúde mais comum entre os servidores públicos federais.

Além dos aumentos abusivos das contribuições dos trabalhadores, representantes da Fenasp criticaram a ingerência e a indicação política de pessoas incapacitadas para assumirem cargos dentro da operadora de planos de saúde. De acordo com Cleuza Maria Faustino, diretora da Fenasp, o governo vem demitindo todos os gerentes regionais da empresa para empregar apadrinhados políticos.

- A Geap acabou com o controle social nos estados. Nós tínhamos conselhos regionais que contribuía para levar as reivindicações dos assistidos até a empresa. O controle social é melhor forma de a Geap chegar mais perto dos seus assistidos – explicou.

Ana Luisa Dal Lago, diretora da Fenasp, afirmou que os trabalhadores não podem permitir que a Geap faça novo reajuste e que expulse de dentro do plano o restante dos contribuintes. Ana Luisa afirmou que, se não houvesse corrupção e desvio de verba dentro da instituição, não seria necessário um reajuste tão alto como o que foi feito em 2016.

- A gente vem aqui, senador, pedir ajuda tanto na questão do aumento do per capita como para acabar com a ingerência dos governos dentro da Geap, acabar com premiação de cadeira para afetos do governo que vão lá para dentro e fazem aplicações erradas – disse.

## **Reajuste**

Representando a Geap, Adilson Moraes da Costa, afirmou que a instituição luta diariamente para oferecer o menor reajuste de preço. Adilson explicou que a entidade não tem fins lucrativos e o que arrecada é para pagar os custos assistenciais. Segundo ele, no ano de 2016, os beneficiários tiveram que arcar com um reajuste maior da contribuição em função da própria inflação dos custos médicos.

- A inflação do custo médico é muito maior do que a inflação comum, inflação de alimentos, por exemplo. Tivemos também muitas, ações judiciais, tudo isso conta para elevar os preços dos planos. Além disso, a Geap é obrigada a aguardar recursos para garantir sua sustentabilidade – ponderou.

A diretora de controle de qualidade da Geap, Luciana Rodriguez de Carvalho, afirmou que houve um aumento expressivo no valor das multas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e ressaltou que 49% da carteira de beneficiários é composta por pessoas na faixa etária acima de 59 anos, o que acaba ocasionando um custo maior.

Ana Luisa Del Lago ressaltou que a empresa paga multas justamente porque não tem redes de atendimento suficientes nos estados. Segundo ela, tudo é consequência da ingerência de governo dentro do plano de saúde.

Já Paula Avila, assessora jurídica da Fenasp, afirmou que utilizar o argumento das ações judiciais para justificar os aumentos abusivos no bolso do contribuinte é colocar a culpa na vítima.

- Se existem ações judiciais é porque existem vítimas. Pessoas que trabalharam uma vida contribuindo para um plano de saúde, não conseguem migrar para outro e não têm alternativa a não ser se manter, às duras penas, nesse plano – afirmou.

**Fonte:** [Agência Senado](#), em 17.10.2016.